

ECONOMIA SOLIDÁRIA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UM NOVO TIPO DE POLÍTICA PÚBLICA OU UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

SOLIDARY ECONOMY, STATE E CIVIL SOCIETY – A NEW TYPE OF PUBLIC POLITIC OR AN AGENDA OF PUBLIC POLITICS?

Edi Augusto BENINI¹

RESUMO: o objetivo deste artigo é situar um diálogo da proposta da economia solidária com questões referentes à reforma do Estado, destacando o papel da sociedade civil neste processo. Nosso argumento é que a proposta de constituição de uma economia solidária, como proposta de um modo de produção alternativo, implica não apenas um novo tipo de política pública focada para a questão de trabalho e renda, mas, também, uma agenda propositiva de políticas públicas, pautadas por outros princípios alternativos que não os princípios e valores dominantes. Esse movimento é fruto, em larga medida, da crise do trabalho formal assalariado e abre uma nova agenda de disputas políticas. Neste trabalho, estaremos articulando literatura específica no contexto da economia solidária e reforma do Estado, com a análise de alguns estudos de casos apresentados em revistas e eventos científicos, com o objetivo de traçar um eixo que permita clarear e fundamentar melhor nosso argumento. Concluimos que as propostas da economia solidária implicam uma agenda de reformas abrangendo questões estruturais relativas a temas como o desenvolvimento e a reprodução social, e cujos sujeitos estão na sociedade civil numa perspectiva de mudança dela própria e do Estado (políticas públicas).

PALAVRAS-CHAVES: democracia; políticas públicas; produção; sociedade civil.

INTRODUÇÃO

O tema que introduz a Economia Solidária no foco das atenções e reflexões é, sem dúvida, a questão do desemprego. Esse tema insere, preliminarmente, nos estudos acadêmicos, a proposta da Economia Solidária como política de geração de trabalho, renda e combate à pobreza.

Por outro lado, movimentos da sociedade civil, organizações não governamentais ativistas (Ongs) e movimentos operários reclamam por outras relações de trabalho e outras formas de desenvolvimento e

¹ Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV - São Paulo – Brasil e membro da ITCP-FGV - ediaugusto@gvmail.br.

lutam por elas. Tais movimentos convergem para a proposta de um conjunto de princípios e práticas que se vem convencendo chamar de *Economia Solidária*.

Essas duas perspectivas possuem em comum, segundo nossa leitura, um certo diagnóstico do desemprego que centraliza questões estruturais e não variáveis como crescimento econômico, competitividade industrial e taxas de investimento, ainda que estas, sem dúvida alguma, tenham peso significativo.

Assim, a proposta de construção de uma economia solidária é justificada, inicialmente, a partir daquele diagnóstico do desemprego, que, em geral, coloca como sua raiz principal causas estruturais ou tecnológicas, ou seja, aquelas decorrentes do considerável aumento da produtividade que, por um lado, as novas tecnologias de padrão microeletrônico permitem e induzem e, por outro, a globalização competitiva exige para a inserção em um dado mercado internacional. Traduzindo melhor, o setor produtivo tende cada vez mais a ser intensivo em capital e poupador de mão-de-obra ou da mercadoria trabalho, isto devido à falta de socialização e democratização dos benefícios da produtividade, como, por exemplo, redução sistemática da jornada de trabalho. É parte ainda deste processo a estratégia de precarização e intensificação da exploração do trabalho, que, não raramente, é também uma das estratégias de inserção internacional de muitas empresas ditas *globais*.

Dessa forma, observamos que, ao se olhar o desemprego a partir de causas estruturais (e não apenas as conjunturais ou tradicionais), o que se advoga, sobretudo, é a questão das relações de trabalho ou, mais especificadamente, a centralidade da categoria trabalho como explicação dos modos de vida e de produção que se consubstancia em uma dada sociedade.

A Economia Solidária colocada como uma alternativa ao desemprego estrutural e tecnológico, ganha sentido e se justifica a partir dessa questão elementar, qual seja, as relações de trabalho do atual modo de produção e suas problemáticas. Assim, um dos seus elementos fundamentais é a proposta de novas ou outras relações de trabalho do tipo autogestionárias e solidárias e, como consequência, novas relações de produção cuja principal referência é a radicalização da democracia para o campo da produção e das organizações.

Tal justificativa ganha também revelo à medida que vários indicadores sociais sobre trabalho, demonstrando a amplitude do pro-

blema do desemprego, e ocupação revelam que 30% a 40% apenas das novas ocupações são de emprego formal assalariado; as demais pessoas que querem e precisam trabalhar estão fora do mercado formal assalariado. Essas pessoas precisam buscar fontes alternativas de trabalho e renda e, muitas vezes, as saídas encontradas são as piores possíveis, como o crime organizado ou a mendicância.

Outro elemento importante para nosso argumento é situar ou tentar explicar melhor o que estamos entendendo por economia solidária no seu sentido substantivo. Advogamos que a economia solidária não pode ser reduzida a um conceito; assim nossa opção é tratar a economia solidária como processo e como projeto com múltiplas dimensões. Nesta perspectiva, destacaremos seus principais elementos constitutivos, ou mesmo princípios organizadores, e o processo histórico que dá sentido àqueles elementos, discutindo o que entendemos que seja específico e em que sentido a economia solidária se relaciona com os termos ou conceitos usuais como economia social, terceiro setor e cooperativismo ou se distancia deles.

Em seguida, tentaremos situar a sociedade civil e o contexto da reforma do Estado na problemática proposta nesta comunicação, ou seja, sua relação com a economia solidária. Essa relação justifica-se porque um dos aspectos da economia solidária é sua articulação e construção a partir de movimentos originados na sociedade civil, que compartilham certos princípios e propostas, assim, o sujeito ou os sujeitos de um projeto de economia solidária é parte da sociedade civil composta por militantes, intelectuais e trabalhadores que tecem articulações e compromissos horizontais.

Resumindo, situaremos primeiro alguns processos históricos considerados chave e, em seguida, abordaremos os elementos constituintes da economia solidária, à luz daquelas referências, e a sua relação com a questão do desenvolvimento e da reprodução social. Por fim, tendo maior clareza dos processos embutidos na economia solidária, ressaltamos sua pertinência como variável fundamental, no sentido de agenda de políticas públicas, dentro do contexto da reforma do Estado.

1 PANORAMA HISTÓRICO E WELFARE STATE

É preciso destacar, como dissemos na introdução, que a proposta da economia solidária não se reduz apenas a uma idéia normativa construída a partir de alguns conceitos e/ou reflexões, ou a um conjunto de políticas compensatórias de combate ao desemprego, ela é tam-

bém um movimento que, segundo a bibliografia consultada, tem início já no século XIX. Esse movimento foi expresso principalmente pelo cooperativismo e pelos socialistas utópicos, com destaque para Owen (SINGER, 1998), líder de importantes lutas pelo cooperativismo democrático e não assalariado na Inglaterra, Proudhon (MOTTA, 1981), considerado o precursor da autogestão, além dos pioneiros da cooperativa de Rochdale (precursora dos princípios cooperativistas).

Dessa forma, o seu processo social de construção, apesar da proposta da economia solidária ser fruto de movimentos sociais concretos, principalmente no ambiente operário, cuja expressão inicial foi o cooperativismo, ganha conteúdo substantivo, uma vez que tais movimentos são fundamentados e originados em uma práxis, crítica esta ao atual modo de produção e suas relações de trabalho e de produção, em geral exploratórios (baixo salário, desemprego, precárias condições de trabalho, patologias de toda a ordem, desproteção social, competição predatória), tal crítica, ainda, culmina em movimentos de enfrentamento de tal situação, como as greves, reivindicações pela redução da jornada de trabalho, reivindicações por direitos sociais, cidadania e, em alguns casos, a organização, pelos próprios trabalhadores, de formas de trabalho cooperativo e sindicatos.

Para efeitos didáticos e explicativos, podemos traçar três períodos que traduzem inflexões na construção histórica da economia solidária, ou processos análogos a ela, isso de forma bem genérica e sem maiores aprofundamentos:

a) Século XIX - Segunda revolução industrial

Aqui o fato marcante é a intensa exploração do trabalho (ao lado da invenção do motor a explosão e da eletricidade). Segundo Marx, no capítulo 6 de *O capital* (1990), o dia de trabalho tinha jornadas que variavam de oito até dezoito horas. Nos casos extremos, não raramente, trabalhadores chegavam até mesmo a pernoitar nos arredores da fábrica, o que demonstra a intensa exploração do trabalho. Esse fato é explicado pela natureza da força de trabalho que, nas relações de produção então instituídas, era reduzida à condição de mercadoria. Assim, ao se comprar determinada mercadoria (um dia de trabalho), o capital a utilizava como se utiliza qualquer outra, tirando o máximo de proveito.² Notemos que nessa época não havia ainda a regulação do

² Cientificamente podemos traduzir esse fenômeno como extração da mais valia absoluta, segundo categoria colocada também por Marx.

trabalho, logo, não havia direitos sociais no sentido contemporâneo do termo e a cidadania ainda estava por se construir.

Em virtude de tal exploração, originaram-se diversas reações, tanto no aspecto de reflexão teórica, como prático também. Singer (2001) enfatiza os movimentos que se originaram no seio operário, como os sindicatos e o cooperativismo e, no caso do cooperativismo, uma figura expressiva que marca o chamado *socialismo utópico* foi Owen. Também podemos situar Proudhon neste contexto de reação, conforme nos ensina Motta (1981), o que está no cerne na exploração do trabalho é a constituição de uma burocracia fabril, ou seja, a separação entre a concepção e a execução do trabalho e a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção (heterogestão). Segundo seus estudos, Proudhon foi o primeiro crítico desta separação, alertando para o caráter degradante, sob o ponto de vista do trabalho, que ela traz na sua essência, e colocando a autogestão como principal bandeira de luta e conquista dos trabalhadores.

b) Século XX - Fordismo e Welfare State

Ao longo deste século, alguns movimentos perderam muito de sua força, como o cooperativismo operário e a autogestão, e outros ganharam relevância evidente, como a melhoria das condições do trabalho assalariado. Neste último caso, diversas lutas sociais permitiram a construção de uma cidadania pautada pela regulação estatal do mercado de trabalho, é a consubstanciação dos chamados direitos sociais (direito a uma jornada diária de 8 horas de trabalho, férias, 13º salário, licença maternidade, entre outros). Tal cenário é também conhecido, na literatura francesa, como a constituição da economia social (FRANÇA FILHO, 2002).

Segundo Furtado (1998) e Hobsbaw (1995), configura-se, no após guerra - 1945 - o chamado Estado de Bem-estar Social (Welfare State), são os *anos dourados* do capitalismo, nos dizeres de Hobsbaw. Este Estado de Bem-estar Social se explica, à luz dos mesmos autores, pela conjunção de três forças: (a) o grande aumento da produtividade que o fordismo³ permite; (b) a luta dos trabalhadores pela melhoria das

³ O Fordismo se caracteriza por dar continuidade do paradigma taylorista de produção. Com a introdução de esteira degrada-se ainda mais o trabalho e força-se o aumento da sua produtividade, aumentando o ritmo da produção. O Fordismo não é um avanço em termos de organização do trabalho e em relação à automação, pois a destreza manual e o engajamento do trabalhador são ainda fundamentais para a produção (SILVA, 1997).

condições de trabalho e ampliação dos seus direitos e (c) políticas públicas keynesianas e regulatórias dos Estados nacionais. Como fruto deste tripé tivemos altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego e cidadania regulada pelo trabalho formal assalariado. Tragtenberg (1974) destaca ainda o paradigma da co-gestão nas empresas neste período, ou seja, o reconhecimento parcial dos direitos dos trabalhadores (parcial no sentido de não poderem se apropriar totalmente dos frutos do seu trabalho), com alguma participação na gestão da empresa, porém uma participação sempre limitada pelas diretrizes gerais dadas de antemão pela cúpula administrativa, ou seja, a lógica burocrática continua idêntica. É fácil perceber que a co-gestão vem ao encontro da estrutura montada pelo Welfare State.

Outra interpretação riquíssima sobre o período é a dada por Santos (1999). Segundo este autor, na modernidade temos dois paradigmas de transformação social: por um lado, a revolução contra o próprio Estado e, de outro, o reformismo, mudanças pautadas pela lógica da repetição e melhoria. O reformismo se consubstancia no Welfare State dentro dos países centrais e no Estado desenvolvimentista, isto no contexto dos países periféricos ou semiperiféricos, enquanto a revolução é característica do *socialismo real*. Importante ressaltar que, para Santos, o reformismo só ganha sentido e é explicado em relação à revolução,⁴ isso porque o reformismo é, a um só tempo, uma tentativa de evitar a revolução e de cristalizar as suas conquistas. Assim justifica o autor ao argumentar que a história de todas as revoluções tem sido marcada por um esforço, seguinte à mesma, de normalidade e ordem, dentro das novas instituições criadas. Além dessa ressalva, também destacamos o significado do reformismo. Argumenta Santos que o reformismo tem como pressuposto que a sociedade é problemática, desta forma ela é objeto de mudança e o Estado sujeito.

c) Final do século XX - Crise do Fordismo - Terceira Revolução Industrial, período atual

Neste período, importa salientar três aspectos:

- *Crise do reformismo do Estado* - Santos (1999) destaca o fato de que quando o Estado torna-se ele mesmo problemático, assim objeto de reforma, o que temos na verdade é a crise do reformismo do Estado. Essa crise significa, sobretudo crise do Welfare State, ruptura da ação

⁴ Segundo o autor, a revolução é seu meta-pressuposto; no caso, temos o chamado socialismo real como meta-pressuposto do reformismo no ocidente.

sincrônica daquelas três forças citadas anteriormente e crise do desenvolvimentismo.⁵

- *Realidade tecnológica marcada pela crescente automação de muitos setores produtivos* - com isso o esforço para gerar um emprego novo é hoje significativamente maior que há 10 ou 20 anos atrás, dado que a jornada de trabalho não mudou nesse período. Aqui está em questão a crise do fordismo, com claro impacto sobre o padrão de intervenções feitas pelo reformismo;
- *Globalização financeira* - Segundo Fiori (2000), o atual padrão de acumulação do sistema capitalista mundial vem sofrendo uma mudança estrutural na sua dinâmica. A fórmula tradicional de valorização (D – M – D')⁶ que passava necessariamente pela produção, agora se descola gradativamente da mesma, ou seja, temos um novo padrão que segue o seguinte esquema de acumulação (D – D'). O impacto mais claro deste padrão é expresso pelas baixas taxas de crescimento econômico mundial registradas nos anos de 1990, além dos constrangimentos sobre as políticas econômicas dos próprios Estados Nacionais.

Esses três elementos se articulam e explicam a crise do Estado (especialmente no seu papel de regulador da economia e de promotor da equidade social), crise esta expressa pelo crescimento da exclusão social e do desemprego, bem como pelos desafios que o mundo contemporâneo coloca para toda a civilização, principalmente pensando o desemprego estrutural, a exclusão social, problemas de devastação ambiental.

Com base nesses desafios é que a economia solidária ressurge e tem sido, ao mesmo tempo, pensada, refletida e construída. Trata-se de uma re-atualização da idéia original do Século XIX (autonomia e cooperação), porém a questão motivadora não é apenas a exploração

⁵ Segundo Boaventura (1999, p. 243, grifos nossos), "A questão da reforma do Estado é uma questão intrigante. Dos dois paradigmas de transformação social da modernidade – a revolução e o reformismo –, o primeiro foi pensado para ser exercido contra o Estado e o segundo, para ser exercido pelo Estado. Para o reformismo, o paradigma que acabou por dominar nos países centrais e que posteriormente veio a estender-se a todo o sistema mundial, a sociedade é a entidade problemática e, como tal, objeto de reforma. O Estado, esse, é a solução do problema, o sujeito da reforma. A primeira observação a fazer é, pois, que quando, como hoje acontece, o Estado se torna ele próprio problemático e se transforma em objeto de reforma, o que está verdadeiramente em causa é a crise do reformismo".

⁶ D=dinheiro; M=mercadoria e D'=dinheiro valorizado (sobrevalor).

do trabalho, que ainda está muito presente, mas, sobretudo, a própria impossibilidade de muitos contingentes de trabalhadores se integrem naquele mercado de trabalho, dadas as atuais exigências e as restrições na oferta de emprego. Aqui o argumento central não é mais a exploração da mais valia absoluta (intensidade do ritmo e do tempo do trabalho) que, sem dúvida, continua presente, mas sim a apropriação da mais valia relativa (ganhos de produtividade), portanto a exploração do trabalho e o desemprego são lados da mesma moeda.⁷ A automação que seria superior ao fordismo (ou mesmo ao toyotismo, que, segundo vários estudos, não supera, mas atualiza o mesmo), uma vez que elimina a necessidade da destreza manual na execução do trabalho (e com isso a rotina e a repetição de tarefas), tem como consequência social a diminuição progressiva da oferta de emprego, ou seja, a base produtiva tende a ser intensiva em capital e poupadora da mercadoria trabalho. Como o fordismo foi uma das bases materiais do período do reformismo, este fica abalado em um dos seus pilares fundamentais.

Tivemos, então, duas variáveis, uma questão estrutural (relações de trabalho assalariadas, fordismo) e uma questão política (disputa pelos fundos públicos para serem dirigidos a uma rede de proteção social). Igualmente, a economia solidária, como veremos mais claramente, encerra em si duas questões: a estrutural (crise do trabalho assalariado e sua substituição pelo trabalho autogestionário) e a disputa política para viabilizar tal proposta.

Retomamos o argumento colocado na introdução, qual seja, a economia solidária ou o projeto de uma economia solidária encerra em si duas questões: uma estrutural - relações de trabalho autogestionários no lugar do trabalho formal assalariado em crise - e outra política - a disputa pelos fundos públicos para que haja políticas públicas não apenas de fomento aos empreendimentos solidários, mas, também, de apoio e reprodução deles, como regulação jurídica adequada, políticas de crédito, investimentos em pesquisa, mudança nos currículos educacionais, projetos de disseminação cultural, entre outros.

⁷ Vale lembrar que o desemprego não tem consequência apenas para os desempregados, mas também para os empregados, uma vez que o estoque de trabalho é maior, impera a lei da oferta e da procura, o que necessariamente força os salários para baixo, bem como precariza as atuais condições de trabalho daqueles que continuam assalariados.

Nosso argumento é: se a crise do Estado é o motor da reforma dele próprio, tal crise tem suas raízes na própria organização da produção (base material para qualquer tipo de Estado, seja do Welfare State, seja desenvolvimentista) e, por outro lado, tais questões estruturais (organização da produção) também são o motor do ressurgimento da economia solidária, seja ela um projeto político-ideológico alternativo (projeto de um modo de produção), seja uma reação ao quadro crescente de desemprego e exclusão social (políticas emergenciais de combate à miséria e ao desemprego).

2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS ARTICULAÇÕES

O contexto histórico que vimos anteriormente é que determina as razões e especificidades da economia solidária, uma vez que questões referentes ao desenvolvimento econômico, desemprego, financeirização da riqueza, organização do trabalho, convergem para a proposta de construção de outras instituições e setores econômicos, pautados por outras lógicas e princípios. É claro que não há continuidade nos processos históricos de lutas e reivindicações, e é muito provável que a grande maioria dos atores envolvidos atualmente no projeto da economia solidária desconheçam seus antecedentes históricos ou nunca tenham ouvido falar de Proudhon ou mesmo de Owen ou Rochdale, o que não significa que as mesmas questões referentes ao mundo do trabalho não estejam mais presentes, de certa forma, em ambos os contextos, daí que a fundamentação teórica não seja, necessariamente, dissociada da ação prática. Nossa leitura é, então, a da existência de uma *práxis*, cada qual (projeto e prática) se alimentando e se influenciando (como já advogamos neste texto). Destacamos, ainda, que o Fórum Social Mundial tem sido o grande *forno* para a aglutinação e a construção daquelas agendas sociais de luta e de algumas pautas comuns, em face de movimentos sociais e políticos tão heterogêneos e de origens tão díspares.

Voltamos nossa atenção para os elementos constitutivos da economia solidária a partir da nossa leitura particular, explicitando o seu sentido e tendo como pano de fundo o panorama histórico já discutido. Tentaremos detalhar melhor seus significados e como cada um deles se encaixa e se articula na proposta da economia solidária:

- *Organização do trabalho de forma autogestionária* – implica não utilizar o trabalho formal assalariado nos termos tradicionais, ou seja, não há a relação de patrão e empregado, cada membro de uma unidade da produção é, também, a um só tempo, sócio e proprietário, o que,

por sua vez, leva a um processo de negação da força de trabalho como mercadoria e a colocação de cada trabalhador como sujeito efetivo;

- *A Solidariedade como princípio fundamental* – entendida como envolvimento e compromisso político horizontal, envolvimento este que significa a conscientização de que o sucesso de cada um depende do sucesso coletivo de todos. A autogestão é importante também na medida que incentiva tal empatia, colocando cada pessoa participante de um empreendimento como um igual, e não como um subordinado e alienado dos processos e conteúdos do trabalho. Por outro lado e de forma menos evidente, tal envolvimento significa ainda uma tentativa coletiva de colar a prática cotidiana num horizonte maior, qual seja, o de que a produção e o trabalho, de um modo geral, tenham como fim último a dignidade do ser humano; a satisfação das suas necessidades, e não a produção pela produção, descolada de qualquer dimensão ética, ambiental, ou mesmo de justiça social como, não raramente, nossa realidade social e econômica demonstra.

Santos (1999) também nos remete à idéia do princípio da comunidade, ou seja, relação de responsabilidade entre os indivíduos de forma horizontal e não colocada verticalmente pela lógica burocrática ou pela constituição da chamada *economia social*.

- *Sustentabilidade* - que leve em consideração as dimensões econômicas, sociais e ambientais, ou seja, além de garantir trabalho (sustentabilidade social), uma vez que na autogestão por princípio o trabalho não é mais um fator de ajuste, não é uma mercadoria. Tais empreendimentos precisam sobreviver economicamente (sustentabilidade econômica), além do que nos remete ainda ao princípio da solidariedade entendido de forma ampla, que evoca também a questão ambiental.

Entendemos que o conceito de reprodução social de Dowbor, apesar de não ser exclusivo da economia solidária, é perfeitamente adequado à compreensão dos desafios dela, uma vez que tal conceito

[...] define um processo que envolve tanto a produção como os serviços sociais, e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento como planejamento, segurança e outros. Por outro lado, trata-se de reprodução, ou seja, de uma visão estrutural e de longo prazo que envolve uma análise de como a sociedade no seu conjunto se reproduz e evolui. Ao insistir no conceito de reprodução social, buscamos romper

a absurda dicotomia que se fez entre a economia, que se preocupa com a produção de riquezas, e o social, que acompanha com atraso o processo, tentando através de políticas de compensação reduzir as contradições geradas, a miséria, o abandono, a exclusão. Não há mais espaço para uma produção que não leva em consideração os impactos sociais da própria economia, e que não integra os processos corretivos na sua própria área, como não há mais espaço para políticas sociais que tentam ignorar os seus custos e implicações econômicas; e tanto o econômico como o social têm que levar em consideração a sustentabilidade dos processos, a sua viabilidade ambiental de longo prazo. Em termos normativos, trata-se de seguir uma fórmula tradicional mais perfeitamente adequada: O desenvolvimento tem de ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável (1998, grifos nossos).

Ainda aqui ganha significado expressivo esta idéia de sustentabilidade e sua pertinência no escopo da economia solidária enquanto projeto econômico alternativo, quando resgatamos a obra clássica de Furtado (1974) que, já na década de 1970, ressaltava os limites econômicos e materiais que a predominante lógica econômica possui. Também achamos importante citar Furtado para elucidar melhor a questão:

[...] que aconteceria se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. [...] A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los. (FURTADO, 1974, p.19-20)

Mais que um projeto, a solidariedade também é, sob certo ponto de vista sistêmico, um fato, no sentido que tudo que fazemos concretamente impacta os outros e, para vivermos, também precisamos dos outros, seja de forma positiva (trabalho, bens materiais, etc), seja de forma negativa (poluição, fome, etc).

- *Construção de redes de articulação* – Elemento também fruto de uma práxis, ou seja, para que haja viabilidade econômica e para que os demais elementos acima tenham sentido, cada empreendimento que se propõe a estar no horizonte da economia solidária (cooperativas, associações, Ongs, etc) não pode atuar de forma isolada; o trabalho deve ser pensado no sentido macro também. Isso se pode operacionalizar (ou tem sido operacionalizado) por diversos meios tais como *moeda comunitária*, comercialização preferencial entre empreendimentos solidários, comércio justo, micro-crédito ou crédito solidário, órgãos especiais de assessoria, encontros, seminários e eventos. É a rede que permite vislumbrar a economia solidária como um setor econômico ou ainda como um modo de produção, assim defendido por Singer (2001) em muitas das suas comunicações.
- *Pedagogia política no horizonte da cidadania plena*. A cidadania é:

[...] o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo (MANZINI-COVRE, 1995, p.11).

Dessa forma, o que está subjacente é a constituição, a um só tempo, do sujeito econômico e político, a partir da organização do trabalho; dessa forma cidadania também implica a existência de sujeitos efetivos. Mais uma vez a autogestão tem seu significado reforçado no horizonte da cidadania ou cidadania substantiva para diferenciar da cidadania apenas voltada para a disputa política eleitoral.

Além de explicitar convergências quanto aos elementos constitutivos, achamos necessário, ainda que sinteticamente, apontar também algumas distinções entre os conceitos ou termos do terceiro setor, economia social e cooperativismo.

O terceiro setor, ou mais especificamente as Ongs, se consubstancia na criação de diversas entidades e/ou organizações que, embora de iniciativa privada, têm como objeto de ação iniciativas sociais e chega-se a dizer *públicas* no sentido de estarem voltadas às pessoas dentro de um padrão de relação não mercantil, ou seja, nos dizeres de Fernandes (2000), são iniciativas privadas com fins públicos/sociais. Por conta desse caráter duplo, não estatal e não mercado, são reunidas no chamado terceiro setor. Entretanto, a economia solidária não se confunde com o terceiro setor, apesar de algumas convergências, isso porque nenhuma definição conhecida sobre ele contempla a autogestão,

fundamento da economia solidária, como elemento imprescindível, além do mais, entidades do terceiro setor não entram diretamente no setor produtivo, ao contrário da economia solidária que busca autonomia e viabilidade produtiva e econômica. Por outro lado, as convergências são importantes também, muitas Ongs participam diretamente, ou mesmo estão incluídas, no projeto de economia solidária, sendo que uma das contribuições fundamentais, a nosso ver, vem da construção de uma nova subjetividade reclamada por tais movimentos, fato muitas vezes negligenciado nos estudos acadêmicos. Essa subjetividade é expressa na defesa do direito das minorias, defesa do ecossistema, na valorização da autonomia, e se traduz no valor da solidariedade.

A diferença entre o cooperativismo e a economia social é mais sutil, pois ambos são antecedentes da economia solidária. Podemos dizer que o cooperativismo tradicional e a economia social se distinguem da economia solidária em alguns elementos chave: a autogestão, ou seja, não é desejável o uso de trabalho formal assalariado (fato muitas vezes freqüente naquele cooperativismo e na economia social), a solidariedade como compromisso político horizontal, presente em alguns casos no contexto do cooperativismo dito autêntico, mas não como elemento primordial e constituinte do cooperativismo em geral, e, por fim, derivando dos dois primeiros, a perspectiva de uma rede ou setor econômico que abrange setores da produção e reprodução social (projeto de um modo de produção, característica da economia solidária enquanto proposta). Podemos pensar ainda que o chamado cooperativismo autêntico, autogestionário, é um dos elementos que pode integrar, como um movimento fundamental, mas não completar, a economia solidária enquanto projeto alternativo e articulado de sociedade e produção. Percebemos então que as diferenças entre cada termo são sutis, mas importantes para se situar mais claramente determinados processos sociais.

Por fim, cabe uma reflexão sobre se a economia solidária é ou não um tipo de política compensatória. Respondemos sim e não: pensar a economia solidária apenas como política emergencial de trabalho e renda pode implicar uma visão dualista do mundo, ou seja, parte da população que é mais competitiva fica com trabalho do mercado formal assalariado, ganhando bons salários, proteção social, entre outros benefícios. A outra parte da população, renegada ao atraso, que não conseguiu, por quaisquer motivos, atingir os parâmetros de excelência exigidos, tenta sobreviver por meio de outras fontes, com o chamado auto-emprego, *fazer bico* ou trabalho autônomo, lembrando que na medida que se tornam autogestionárias e solidárias tais iniciativas se inse-

rem na economia solidária. Tal visão situa então o trabalho assalariado formal como restrito às ilhas de excelência e a economia solidária como uma saída precária para as demais pessoas ou restrita às brechas do sistema econômico dominante.

Em contraposição, ao se situar a economia solidária como alternativa simultânea de desenvolvimento ou ao desenvolvimento, alternativa dentro da idéia tradicional de desenvolvimento ou contra esta mesma idéia, ou ainda, como um projeto de um modo de produção, tal reconhecimento implica outra concepção da economia solidária e outras estratégias e práticas. Assim, cada empreendimento que se constitui autenticamente como solidário, autogestionário, pode estar sim na vanguarda do processo de transformação, sendo desejável para estas iniciativas um número cada vez maior de parceiros solidários (empresas autogestionárias) e não um monopólio ou a constituição de ilhas de excelência. Nesta visão da solidariedade como compromisso político horizontal, fomentar uma rede passa a ser mais importante que acumular por acumular, uma vez que este não é o propósito de uma economia com princípios solidários, não é o seu eixo condutor ou o eixo condutor daqueles empreendimentos considerados solidários. Tal processo parece por demais abstrato, e realmente é. Pensar práticas sociais e econômicas alternativas a um sistema que é inerentemente concorrencial e heterogestionário é tão difícil quanto necessário, uma vez que os parâmetros que temos (culturais, educacionais, tecnológicos) são, em larga medida, determinados por essa formação social predominante (capitalista). Assim, Singer esclarece melhor a questão:

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. (SINGER, 2002, p.86)

É evidente a necessidade de se apontar, também, as contradições da economia solidária, sendo um processo marcado, sem dúvida, por lutas, descontinuidades, avanços e retrocessos.

A própria literatura produzida (ROSENFELD, 2003; COSTA, 2003; ARAÚJO, 2003; AZEVEDO, 2003) para e no contexto da economia solidária evidencia claramente seus desafios, obstáculos e contradições, ressaltando a questão da viabilidade. Ela diz respeito à questão

tecnológica, pois muitos empreendimentos nascem de massa falida ou têm pouco acesso a pacotes tecnológicos de ponta, à questão do mercado, muitas vezes já saturado pelos grandes conglomerados industriais, ou mesmo à questão cultural e educacional, pois a maioria das pessoas está acostumada a trabalhar na relação patrão-empregado e acaba tendo dificuldade para aceitar um tipo de trabalho autogestionário. Além disso, o sistema educacional reforçando tal situação pauta-se pelo paradigma de ensino voltado para a relação patrão-empregado, o que cria uma idéia de naturalização, como se outras formas de se produzir ou viver simplesmente não fossem possíveis. Há, ainda, que se considerarem os conflitos gerados e as dificuldades de relacionamento num sistema autenticamente autogestionário, até pela falta de costume ou tradição de se colocar em tal contexto.

3 A AGENDA DAS REFORMAS – SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

Na essência das diferentes agendas de reforma apresentadas por acadêmicos, pesquisadores, políticos e governos, vemos que, ora ressaltam a eficiência da máquina pública, ora seu controle pelos cidadãos junto com a descentralização das atividades estatais, ou, ainda, advogando sua adaptação ao novo contexto da globalização financeira (integrada pelas novas tecnologias de comunicação) - o chamado Estado-rede (CASTELLS, 1999). Porém, há ainda uma questão relevante que diz respeito diretamente à renda para as pessoas e sua inserção em algum tipo de proteção social, ou seja, a crise do trabalho formal assalariado.

Vemos então que na problemática da reforma da Estado, além dos desafios de aprimorar a máquina pública e avançar nos ideais democráticos, na relação Estado-Sociedade, também há uma questão latente situada nas relações Estado-Produção.

O próprio fracasso das ideologias dominantes para o bem estar das populações é um imperativo para se buscar alternativas mais includentes. Assim, ressalta Sunkel (1999),

O triunfalismo neoliberal também teve de se confrontar com resultados muito menos propícios do que se esperava. Um resultado muito positivo dessa situação está na nova oportunidade que ela oferece ao debate crítico. Como observação preliminar, deve-se notar que essa perspectiva neoliberal é, na verdade, mais uma nova ideologia, fundada na ideologia do 'fim das ideologias'. De acordo com esse ponto de vista, estaríamos no final da estrada no processo de evolu-

ção histórica [...] No entanto, confrontando com a dura realidade que desmente essa idéia, esse argumento não resiste a um exame mais rigoroso.

Se as propostas neoliberais são ou foram referências para uma agenda de reforma, então fica claro que a economia solidária seria uma espécie de agenda rival (por isso entendida como alternativa ao sistema econômico e social dominante).

Basta entender a essência do neoliberalismo para clarear melhor esse argumento:

Em essência, o neoliberalismo cria tantas e tão hostis reações (desde uma hostilidade ativa até sentimentos de desalento e insegurança) porque ele não é simplesmente uma política econômica. Ele é uma política social e cultural que busca suplantar o tipo de sociedade formada no período do pós-guerra, que se empenhava em conseguir um difícil equilíbrio entre a eficiência econômica e a solidariedade social. Ele tenta substituí-la por um outro tipo de sociedade, que estimula a eficiência, a competitividade e o individualismo, na qual é valorizado tudo que é privado. Tudo é conseguido à custa da esfera pública, sendo acompanhado por uma grande concentração das riquezas, da renda e do poder. Tudo que fica no caminho dessas metas é varrido para longe. Tudo se torna objeto para venda. (SUNKEL, 1999)

Como vimos anteriormente, se o Estado é objeto de reforma, quem é o seu sujeito? Ou seja, a questão da melhoria da máquina pública, a dicotomia (ou falsa dicotomia) entre o público (lê-se estatal) e privado, são elementos que só ganham sentido se relacionados com um sujeito concreto. Assim, a reforma do Estado é, o que parece óbvio, uma arena de disputa entre diferentes sujeitos, cada qual com uma determinada concepção de mundo e projeto de sociedade. Portanto, é legítimo situar a economia solidária como uma agenda de mudança rival à agenda neoliberal, cujos sujeitos lutam para ganhar massa crítica, forjar articulações, disseminar certos princípios e práticas (solidariedade e autogestão), bem como obter o envolvimento de setores da sociedade com o projeto da economia solidária, como a pesquisa, estudos acadêmicos, educação, crédito, desenvolvimento tecnológico, entre outros.

CONCLUSÕES

Argumentamos que colocar a economia solidária como alternativa ao sistema predominante, como vem sendo colocada por muitos estudiosos do tema, e nós concordamos com tal concepção, não precisa

ser vista de antemão de forma enviesada, ou seja, como algo ou utópico, ou revolucionário ou mesmo paliativo, mas tão somente como espaço de experimentação organizacional de novas formas e modos de se viver e produzir, criadas e animadas por movimentos sociais distintos e fundamentadas por algumas vertentes teóricas de diferentes matrizes. Quais serão as implicações futuras destas experimentações e/ou práticas? Um novo tipo de política pública de combate ao desemprego e a exclusão social? Política de geração de trabalho e renda? Política de desenvolvimento comunitário, local ou regional? Um novo modo de produção? Uma nova forma de se conceber e realizar a cidadania?

Estudo clássico de Marshall (1967) chamava a atenção para os mecanismos que permitiram uma real efetivação da cidadania, ou sua construção histórica, no passado recente, mecanismos estes que tiveram força a tal ponto que o *status* de cidadão cegou a ser, ou talvez ainda seja em alguns países, tão ou mais importante que o status de classe, o que ocorreu principalmente nos países centrais do Welfare State. Tal mecanismo é, no fundo, uma forma de desmercantilizar a força de trabalho, ou uma relativa desmercantilização da mesma, por meio dos chamados direitos sociais (reformas que abrangeram políticas públicas como seguro desemprego, previdência social, 13º salário, licença maternidade) que ganham força política e condições materiais somente com a configuração do pleno emprego, ou seja, quando quase toda a população esta ou estava integrada no mercado formal assalariado, portanto, integrada ao sistema estatal de proteção social. O elemento mediador de tal proteção social (da cidadania) é, então, o trabalho formal assalariado e a conjuntura do pleno emprego.

Voltando ao nosso argumento, se as práticas de economia solidária e seus fundamentos teóricos ainda que diversificados, apontam para uma nova forma de se conceber e se realizar a cidadania, no sentido de uma agenda de políticas públicas, qual é então essa nova forma?

Tal inovação está no esforço de se efetivar a cidadania no e pelo trabalho, por meio da propriedade social ou coletiva (autogestão), balizada pelos princípios da solidariedade e a conquista de fundos públicos voltados para sua viabilidade. Assim, trata-se de uma ação maior que prover renda e trabalho dignos, uma vez que tais elementos, solidariedade e autogestão, têm como essência a colocação de cada trabalhador como sujeito e não paciente, de processos econômicos e produtivos, de ser, a um só tempo, sócio, dono e trabalhador; ser súdito e soberano de seu modo de produzir e viver (radicalização da democracia), um processo de negação da força de trabalho como mercadoria,

processo similar de desmercantilização da força de trabalho no Welfare State, assim defendido por Marshall ao explicá-lo, porém aqui o fato primordial é a autogestão, elemento estrutural, e não o pleno emprego, elemento conjuntural.

Em resumo, abre-se a perspectiva de uma nova forma de se regular e de se constituir a cidadania, no seu sentido amplo, que já não precisa necessariamente ser pensada e construída apenas na relação patrão-empregado, no paradigma do trabalho formal assalariado; outros meios e práticas podem ser pensados, refletidos e experimentados.

Finalizando, a economia solidária aponta para uma resposta articulada a diversos problemas relacionados ao trabalho e à produção, porém, também, com contradições que somente por meio de políticas públicas específicas poderão ser resolvidas. Esse fato não significa criar dependência entre elas e os agentes governamentais ou um receituário pronto, mas sim luta política por uma agenda de reformas do Estado, na qual o papel do poder público possa ser o de constituir terreno fértil e propício para que tais práticas tenham viabilidade e possibilidades de reprodução, processo no qual a sociedade civil se apresenta como sujeito chave.

BENINI, E. A. Solidary economy: state e civil society – a new type of public politic or an agenda of public politics? *Revista ORG & DEMO* (Marília), n. 4, p. 3-22, 2003

ABSTRACT: the objective of this article is to enter into a dialogue that links the solidary economy to State reform, focusing on the role of the civil society in this process. Our argument is that to constitute a solidary economy does not mean just a new type of public politics focusing the work and salary issues. Rather, creating a social economy is part of an agenda of public politics based on alternative principles instead of the traditional principles and values. The movement to create a solidary economy is the result of the crises of the formal salaried work in Brazil. In this article, we discuss the specific literature in the solidary economy and State reform context with the analysis of some cases presented in magazines and scientific events, all with the objective of creating a structure which allow us to clarify and to give us better basis to our argument. We conclude that the purposes of the solidary economy results in an agenda of reforms that cover structural questions related to subjects like the development and the social reproduction, and their subjects are the civil society in a perspective of changing of the civil society itself and the State (public politics).

KEYWORDS: democracy; public politics; production; civil society.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. *O "feminino criador": socioeconomia solidária e educação*. Texto apresentado na Reunião Anual da ANPED, PACS, setembro de 1998.
- ARAÚJO, Carolina Lopes. *As cooperativas de seringueiros como instrumento de desenvolvimento local*. IX colóquio internacional sobre poder local. Salvador. 15 a 19 de junho, 2003.
- AZEVEDO, Alessandra Bandeira Antunes. *Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários: utopia ou possibilidade*. IX colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- CASTELLS, Manuel. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In. BRESSER PEREIRA, et. al. (Orgs). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora Unesp. 1999.
- COSTA, Pedro de Almeida. *Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de economia solidária*. IX colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social – propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis Vozes, 1998.
- ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – Pesquisa/Ação: regiões Altos da Serra, Grande Porto Alegre e Sul / RS. CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional, 2002.
- FERNADES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2000.
- FIORI, J. L. (org). *Estado e moeda no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular – traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.12, n.1., Jun., 2002.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOBBSAW, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lurdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica à economia política. Lisboa, 1990.v.I
- MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, F. C. P. *Organização e Poder*. São Paulo: Atlas, 1986.

ROSENFELD, Cínara L. *A autogestão e a nova questão social: repensado a relação indivíduo-sociedade*. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. GT ANPOCS. Seminário intermediário. São Paulo, USP, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, P. et. al. (Orgs). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego - diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo. Contexto. 2001.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, F. L. G. Gestão da Força de Trabalho e Capital. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, FCL, UNESP, ano 2, n. 3, p.35-54, 1997.

SILVA, F. L. G. A Fábrica como Agência Educativa: A Gestão da Força de Trabalho no Sistema Toyota de Produção. *Tema*. Araraquara, FCL, UNESP, ano 5, n. 4, p.163- 193, 1998.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, neoliberalismo e reforma do Estado. In: BRESSER, P. et. al. (Orgs). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.